

No setor econômico, a ação do governo Antônio Carlos se restringe ao prosseguimento de medidas já iniciadas em outras gestões, excetuado apenas o problema do café (*) pela importância dos efeitos da política federal, em relação a este produto, na economia mineira - e o aumento na taxa de propriedade rurais com o objetivo de aumentar a receita do Estado. (**)

A educação ocupa lugar de destaque no programa de governo de Antônio Carlos. Isto se explica, de um lado, pelas próprias condições sócio-econômicas do País naquele momento. Neste novo estágio de desenvolvimento do capitalismo, os problemas relacionados às necessidades de formação de mão de obra, à divisão social e técnica do trabalho e à aceleração do processo de urbanização tornam necessária a criação de um sistema de educação comum, capaz de atender às novas exigências no que diz respeito à formação de mão de obra e capaz de incorporar os novos grupos ao projeto das classes dominantes. Em outras palavras, é preciso redirecionar o processo educativo, pois já não se mostram eficientes as instituições mantidas com estes objetivos em outras formações da sociedade civil (como a Igreja, por exemplo) e que desempenharam este papel no estágio anterior. De outro lado

(*) A sua política em relação ao café provoca descontentamento e gera protestos por parte dos grupos ligados à cafeicultura. O Diário da Manhã em sua edição de 4/11/1927, no editorial intitulado: "As maquinações políticas do ilustre Andrada" condena a política adotada por Antônio Carlos no setor café, segundo eles contrária aos interesses das classes produtoras. Na edição de 17/11/1927, este mesmo matutino publica uma nota do Jornal O Globo, protestando contra a política cafeeira do Governador de Minas, considerando dela que Júlio Prestes, Presidente do Estado de São Paulo, declarou-se prejudicado pelo Governo de Minas.

(**) O aumento na taxa de propriedade rurais provoca reações entre os proprietários de terra. O Diário da Manhã, em sua edição de 4/11/27, no já citado editorial: "As maquinações políticas do ilustre Andrada", condena o aumento das tarifas relativas às propriedades rurais e urbanas, especialmente das primeiras. Ainda na edição de 27/11/1927 volta a combater esta medida. Na primeira página há uma manchete, em negrito: "Muitos proprietários vão abandonar suas terras às garras do fisco, ante o exorbitante e extorsivo imposto territorial".

do, explica-se pelo fato de a educação ser um dos problemas sociais brasileiros mais discutidos na década de vinte. Nesse período já existe, no País, como vimos no Capítulo I uma consciência a respeito da precariedade de nossas instituições escolares. Políticos e educadores (*) pronunciam-se a respeito de uma completa revisão no sistema educacional brasileiro, com vistas não só à oferta de oportunidades escolares a toda a população do País, mas também à melhoria de sua qualidade. Os educadores defendem a democratização do ensino, pois a educação como um instrumento indispensável à realização humana, e à construção de uma sociedade democrática, aberta e, portanto, um direito inalienável de todo o cidadão. Os políticos (entre estes os membros das Ligas Nacionalistas) defendem-na como um meio para a consecução da reforma eleitoral, cujo corolário seriam as eleições livres.

Ao destacar a educação em seu programa de governo, Antônio Carlos o faz em sentido estratégico. Em primeiro lugar, sob a aparência de garantir, via transferência da educação para o Estado, a extensão dos direitos de escolaridade aos grupos até então marginalizados da política do País, Antônio Carlos

(*) Para se ter uma idéia do interesse despertado pelos problemas relativos à educação nesse período, registramos aqui uma série de entrevistas publicadas na la. página do Estado de Minas no período de maio e abril de 1928, sobre o tema "O grave problema do Ensino Secundário". Mendes Pinhas foram realizadas a partir do discurso pronunciado pelo Prof. Mendes Pinhas, quando assume a Reitoria da Universidade de Minas Gerais superior no curso o Professor Mendes Pinhas analisa a situação do ensino superior no País e destaca o problema do Ensino Secundário. São entrevistas de 7/3/1928, o Professor do Ginásio Mineiro de Belo Horizonte (ed. de 7/3/1928), Abgar Renault, Professor do Ginásio Mineiro de Belo Horizonte, Professor do Legislativo Estadual (ed. de 11/4/1928), José Eduardo Brandão, Professor do Ginásio Mineiro (ed. de 12/4/1928), Claudio Brandão, Professor do Ginásio Mineiro (ed. de 15/4/1928), Magalhães Viotti, fiscal Federal junto ao Ginásio Mineiro (ed. de 29/4/1928) e Teixeira de Salles, na edição de 5/5/1928, o jornal, em editorial, apresenta um relatório das conclusões das entrevistas e aborda um pronunciamento do Presidente Washington Luís a respeito do problema do Ensino Secundário no País.